

**T**ractado em que se  
cõtam muito por estêso as cousas  
da Ebina, cõ suas particulari-  
dades, e assi do reyno dormuz  
cõposto por el. R. padre frey  
Salparda Cruz da ordẽ  
de sam Domingos.  
Dirigido ao muito poderoso Rey dom  
Sebastiam nosso sehor.

Impresso com licençã. 1569.



# Notícias da Seda

## Referências à Seda Chinesa na Documentação Impressa dos Séculos XVI a XVIII e seu Impacte na Sociedade Europeia

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA\*

De entre os muitos temas referentes ao Celeste Império tratados na documentação impressa na Europa, sobretudo entre os séculos XVI e XVIII, o tema da seda chinesa afigura-se como importante e abundante tópico de análise, merecedor de aturada atenção por parte dos autores que a ele se dedicaram bem como dos leitores que, ao longo do tempo, com ele têm contactado.

Assunto complexo e de grande amplitude, a sua leitura promove diferentes abordagens para além daquelas que têm dominado a compreensão nacional do tema, especialmente vocacionadas para uma apreciação de pendor mais economicista, em que a seda parece ser apreendida apenas como algo transaccionável e gerador de riqueza<sup>1</sup>. Ora, se o teor das notícias que encontramos sobre este material nos confirma essa vertente, de igual modo nos revela o impacte que esta matéria-prima exerceu entre os portugueses e outros europeus que com ela e em diferentes contextos lidaram, já que, genericamente, tudo o que a ela se reportava os surpreendia e impressionava. Para tal contribuía o facto da seda se apresentar como uma das mais fabulosas e fantásticas produções artísticas de excelência de todo o Oriente, cujas qualidades intrínsecas e elevado valor comercial determinavam que se associasse aos melhores tipos de produtos requintados ali fabricados, a par das lacas, dos jades e das porcelanas.

\* Licenciada em Artes Decorativas Portuguesas (1994), concluiu em 2002 o Mestrado em História da Arte. Exerce actividade docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e desenvolve investigação no âmbito da produção têxtil bordada chinesa destinada à exportação, actualmente na qualidade de bolsreira da Fundação Oriente.

*Graduate in Portuguese Decorative Arts (1994), MA in Art History (2002). Currently teaching at Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias and researching Chinese embroidered textiles for export as a scholarship holder of Fundação Oriente.*

## HISTORIOGRAFIA

Ainda que a Europa viesse apenas a fruir de modo mais assíduo e em muito maiores quantidades da presença deste material após a chegada dos portugueses ao Oriente – primeiro, através de entrepostos como Malaca (que controlam a partir de 1511) e, depois, directamente a partir da China (onde se estabeleceram oficialmente a partir de 1557) – a seda acabou, porém, por circular pelo Velho Continente, sobretudo durante a governação mongol da China, sob a nova dinastia Yuan (1276-1368), coincidente com um período de maior intercâmbio entre a Europa e aquele país, como o atestam a deslocação de alguns europeus ao Celeste Império<sup>2</sup> e o restabelecimento de circuitos comerciais, através da reactivação de antigas rotas, como a da seda, abandonada durante cerca de seis séculos.

Apesar de ser produzida na Europa, pese embora a sua pouca expressão, era, na realidade, a seda originária de tão remotas paragens aquela que mais cativava a atenção e o dispêndio de quantias exorbitantes que a distância e a noção de raridade fomentada pelo parco fornecimento impunham. Qualidades como a leveza e a resistência – garantidas de um fácil transporte e manuseamento –, o colorido e a riqueza plástica patenteada, impossível de alcançar na produção europeia de então<sup>3</sup>, consubstanciavam, de igual modo, o mito criado em torno da China, desde a Antiguidade Clássica, como uma região lendária, onde tudo era maravilhoso, fazendo dos têxteis orientais (chineses) em seda, bens de transacção de primeira ordem, intensamente disputados pelas mais altas esferas do poder civil e religioso. É disso exemplo o emprego de tecidos chineses na execução de vestes e ornamentos sacros durante a medievalidade, especialmente durante o século XIV, cuja dignidade e estatuto (extensível aos seus portadores) é não só confirmada pelos fragmentos que ainda hoje integram alguns dos tesouros religiosos de igrejas europeias como através de referências coevas, como aquela que destaca a utilização de um tecido chinês da dinastia Yuan sobre o corpo do Papa Bento XI (†1304), aquando das suas exéquias fúnebres (o qual envolvia, segundo Marco Polo, o Santo Sudário, em Roma<sup>4</sup>).

Face ao estatuto de algo quase inatingível, pelo menos para o comum dos mortais, tratava-se, para os homens envolvidos no processo dos Descobrimientos portugueses (mercadores, marinheiros, militares e também clérigos), de experienciar o contacto directo com este material, lustroso, com belíssimas cores, leve,

extraordinariamente elástico e, ao mesmo tempo, delicado, pelo que seria quase inevitável o espanto por si motivado. Mais ainda: uma vez reconhecida a importância da China como um dos mais importantes e menos explorados mercados asiáticos produtores e consumidores desta matéria, tratava-se de poderem, de alguma forma, participar na transacção daquela que seria uma das mais apreciadas e valorizadas mercadorias de exportação quer nos circuitos locais do “Estado da Índia”, quer nos de maior distância que interligavam diferentes continentes (a par das especiarias e da prata).

É neste contexto que podemos compreender a assiduidade com que o tema da seda é abordado em documentação da época, como se verifica em vários exemplos coetâneos. Inicialmente realizadas sobretudo por autores de nacionalidade portuguesa e castelhana – afinal, aqueles a quem a história determinou, num primeiro momento, um maior protagonismo no empreendimento ultramarino daquela região do globo (os primeiros na China e os segundos nas Filipinas) – estas obras contemplam informações respeitantes a diferentes aspectos relacionados com a seda, agrupáveis no que podemos considerar quatro grandes núcleos temáticos, designadamente: a sua história e produção, as características da fibra, os tipos de uso a que se associava e, claro, a sua comercialização.

Trata-se de informações coligidas a partir quer da experiência pessoal vivida no terreno quer da recolha de informes que terceiros lhes relatam. É este o caso de Bernardino de Escalante, cujo *Discurso de la Navegacion*, publicado em Sevilha em 1577, foi escrito, como o próprio assinala, com base no testemunho de “portugueses que han estado en aquel reino con sus comercios, y otros negocios, y de los mesmos naturales chinas que an venido a España; de los quales tomé lo que me parecia mas autentico, segun lo que convenia à esta breve narracion.”<sup>5</sup>. Por esse motivo, as notícias acusam o tipo de sensibilidade dos autores para os diferentes assuntos abordados bem como as circunstâncias em que estes ali se deslocam. Não raras vezes reflectem uma matriz comum no que concerne não apenas à organização e apresentação dos conteúdos – em sintonia com o quadro mental da época – mas, também, ao seu próprio teor, entre obras de diferentes autores e nacionalidades, como se verifica com o *Discurso* de Escalante, directamente inspirado naquele que pode ser considerado o primeiro livro inteiramente dedicado à China impresso

## HISTORIOGRAPHY

na Europa<sup>6</sup>, isto é, o *Tratado* do dominicano Gaspar da Cruz, que o antecede em sete anos<sup>7</sup>.

É de igual modo interessante constatar-se que este manifesto interesse pela seda, logo observado nos primeiros relatos – como a *Suma Oriental* de Tomé Pires, o *Tratado* de Frei Gaspar da Cruz ou o *Tratado sobre o Reino da China* dos padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano, todos datados da segunda metade do século XVI –, permanece em registos documentais realizados na centúria seguinte por iniciativa de missionários jesuítas como Álvaro Semedo (1585-1658), António de Gouvea (1593-1677) ou Gabriel Magalhães (1609-1677). Sob a forma de cartas ânuas ou de obras de grande fôlego, pela dimensão de conhecimentos que comportam e reúnem em relações, tratados ou grandes histórias daquele país, são textos que acusam a mesma curiosidade e interesse que haviam motivado as primeiras descrições ao mesmo tempo que tendem a evidenciar conhecimentos mais profundos e pormenorizados da cultura sínica, assegurados por uma implantação mais sedimentada no terreno.

De facto, ainda que as informações veiculadas sobre a China não tenham sido obviamente da exclusiva responsabilidade dos jesuítas, importa lembrar que estes viriam a constituir-se, de forma natural, como os

primeiros sinólogos. A sua forte presença no terreno, no quadro do processo da missionação católica promovida pelo Padroado Português do Oriente<sup>8</sup>, bem como a postura adoptada pelos padres da Companhia na conquista espiritual da China, vocacionada para a aprendizagem e integração nas culturas autóctones nos mais diversos domínios (como a língua e as tradições filosófico-religiosas e artísticas) contribuíram para que tal se verificasse.

Uma vez reconhecido o considerável número de textos com informes sobre a China publicados na Europa entre os séculos XVI e XVIII, no quadro da presença hispano-portuguesa naquela região, é nossa intenção, no âmbito do presente texto, analisar, não tanto de forma exaustiva os conteúdos relativos à seda na documentação impressa no referido período mas, antes, contextualizar e compreender, tanto quanto possível, as notícias da seda à luz do quadro mental e cultural que caracterizava os comportamentos e sensibilidades dos europeus e chineses de então.

Assim, com base na leitura que tivemos ocasião de efectuar a partir de alguns destes textos, mereceram-nos

Produção da seda. Pintura da 1.ª metade do século XIX, in Shelagh Vainker, *Chinese Silk*, Londres, The British Museum Press, 2004.



## HISTORIOGRAFIA

atenção, de entre as informações recolhidas, dois aspectos que se reconhecem sistematicamente abordados por diferentes autores e em diferentes momentos, em concreto, a quantidade de seda produzida e transaccionada dentro e para fora do país, bem como a aparente vulgaridade com que este material parecia ser utilizado na China. É disso sintomática a observação de António de Gouvea ao assinalar que a “seda em nenhum outro Reyno se acha em tanta copia; porque não so os naturaes pobres e ricos, grandes e pequenos a vestem, senão que sahe todos os annos para a mayor parte do mundo”<sup>9</sup>.

Trata-se, afinal, de uma menção que apenas parece sintetizar o que já alguns autores haviam anteriormente assinalado em textos como aquele de Juan Gonzalez de Mendoza, datado de 1585, que refere: “*es tan usado entre la gente deste Reyno vestir seda, como en Europa lienço, y traer hasta los çapatos della, o de raso, y algunas vezes de brocado, con galanas pinturas. Esto causa la gran abundancia que ay della en todo el, que es tan grande, que salen de la ciudad de Canton, para la India de Portugal cada año, mas de tres mil quintales, sin otros muchos que van para Iapon, y mas de quinze navios de ordinario alas Islas de Luzon, y otra gran parte que sacan los Sianes, y otras naciones, y con toda esta saca ordinaria queda tanta en el Reyno que se pueden cargar muchas flotas*”<sup>10</sup>. No fundo, como Frei Gaspar da Cruz nota a respeito do volume de mercadoria têxtil transaccionada naquele país, “ha que levã os Portugueses e algũa que levã os de Siam, he tã pouca em cõparaçam do grosso trato da terra, que quasi fica nam sendo nada, e nam se deitãdo de ver, pois pera fora nam vai mais fazenda que ha que os Portugueses e Siones levã, ha qual cõ ser muita he como se se nam tirasse nada da China...”<sup>11</sup>.

Consistia, afinal, numa realidade quase antagónica àquela observada na Europa onde esta fibra era, como já assinalado, extraordinariamente onerosa, restrita a um determinado estrato da população e ainda alvo de inúmeras pragmáticas que visavam controlar e limitar o seu uso.

Descrições que evidenciam a verdadeira estupezacção dos números envolvidos na sua produção e circulação parecem-nos sugerir que o que impressionava os europeus não era somente o reconhecimento do potencial económico que aquela “abundância inesgotável” (usando a expressão do Pe. Gabriel Magalhães) podia subentender mas também como é

que era possível uma produção àquela escala. A obra *Nova Relação da China* constitui-se como um bom exemplo nesta questão já que o autor – o já assinalado padre jesuíta Gabriel Magalhães –, a propósito da quantidade de estofos de seda “que se consome em todo o reino” e, em concreto, na corte imperial, descreve as quantidades de peças têxteis todos os anos enviadas como tributo para o tesouro imperial: “trazem para os guarda-fatos do rei 160.055.532 libras de peças de seda de diversas cores, como panos, veludos, cetins, damascos e outros; 476.262 peças de seda leve de que os chineses se vestem no estio; 272.903 libras de seda crua...”<sup>12</sup>.

Num país tão vasto como era a China, em que a dimensão da produção se revelava colossal, em particular quando comparada com o verificado no nosso país, os índices de manufactura envolvidos apresentavam-se verdadeiramente irreais face aos que caracterizavam a tradição europeia, mesmo nos centros têxteis então existentes e mais activos na zona mediterrânica, em Espanha e Itália. Desde logo, porque a seda se encontrava, a par dos bronzes e do jade, entre os materiais mais apreciados e valorizados pelos chineses<sup>13</sup>. Consistia, por isso, na principal matéria-prima usada na manufactura têxtil de tecidos, bordados e tapeçarias do Império do Meio, o que, só por si, obrigava ao implemento de uma verdadeira indústria serícola que garantisse a obtenção do respectivo fio.

Com efeito, embora a seda se constitua como a única fibra têxtil a ser directamente obtida da natureza sob a forma de fio, coube aos chineses o aperfeiçoamento de um processo que garantisse a domesticação e criação do *Bombyx mori*, responsável pela segregação deste filamento, bem como a sua transformação num fio passível de ser utilizado em grande escala. Sobre o implemento deste processo na China, António de Gouvea refere que “Nas Cronicas da China se acha que a arte de tecer seda começou antes da vinda de Christo 2636 annos, donde he provavel que da China sahio primeiro para os mais Reynos do mundo...”<sup>14</sup>. Ainda que tal não se tenha verificado exactamente com a precisão cronológica assinalada, a realidade é que o desenvolvimento e domínio do *modus operandi* da indústria da seda parece coincidir com o momento apontado pelo autor, pese embora o facto da questão não ser consensual entre a bibliografia actual consultada. Com efeito, autores há

## HISTORIOGRAPHY

que destacam achados arqueológicos de fragmentos tecidos de seda datáveis de entre cerca de 2850 e 2650 a. C.<sup>15</sup> e outros que assinalam que o processo se encontrava já bastante desenvolvido desde, pelo menos, o período Shang (c.1500-1050 a. C.)<sup>16</sup>, ou a dinastia seguinte dos Zhou do Oeste (1050-771 a. C.)<sup>17</sup>.

A sua produção, preparação e utilização viriam, ao longo da história da China imperial, a revelar-se como uma das mais importantes indústrias e um dos principais pilares da economia do país, graças não apenas ao seu elevado valor comercial mas também pela necessidade de contratação de um considerável número de trabalhadores nas unidades fabris, estatais e privadas, criadas com essa finalidade<sup>18</sup>. A este respeito, o frade arrábido José de Jesus Maria informamos, no seu texto datável de meados do século XVIII, que “só nesta [província de Nanjing] se contavão mais de sessenta mil chinas ocupados no ministerio de tecer; alem da quazi innumeravel gente occupada em a beneficiar”<sup>19</sup>.

De entre os aspectos notados (pelos autores de então) que nos parecem ter contribuído para o impacte suscitado pela seda entre os ocidentais, a par da quantidade de seda produzida e transaccionada na China há, de igual modo, a assinalar a beleza e a

qualidade que caracterizavam a sua produção. Se o primeiro aspecto é notado pelo Pe. Álvaro Semedo, ao afirmar que “a segunda excellencia é a seda quer pela mencionada abundancia quer pela beleza da arte com a qual trabalham uma boa parte...”<sup>20</sup>, também a questão da sua elevada qualidade não escapa à atenção do Pe. Gabriel Magalhães quando, a respeito dos produtos caraterísticos da China, afirma que “a seda branca e a cera da China são duas coisas que merecem ser registadas. A primeira é a melhor do mundo...”<sup>21</sup>. O mesmo autor prossegue, fazendo notar que “Toda a gente tem conhecimento disso, pois chamavam-na o Reino da Seda e os modernos sabem que assim é, por experiência porquanto muitos mercadores dos países da Asia e da Europa partem todos os anos, da China, em muitas caravanas e numerosos barcos, carregados de seda trabalhada e não trabalhada”<sup>22</sup>.

A obtenção de um elevado índice de qualidade técnica e artística, que parecia caracterizar a manufatura têxtil chinesa, sugere-nos o emprego não apenas de tecnologia de produção extraordinariamente sofisticada nas diferentes etapas de preparação e

Produção da seda. Pintura da 1.ª metade do século XIX, in Shelagh Vainker, *Chinese Silk*, Londres, The British Museum Press, 2004.



DESCRIPTION  
GÉOGRAPHIQUE, HISTORIQUE,  
CHRONOLOGIQUE, POLITIQUE, ET PHYSIQUE  
DE L'EMPIRE DE LA CHINE  
ET DE LA  
TARTARIE CHINOISE,

ENRICHIE DES CARTES GÉNÉRALES ET PARTICULIÈRES  
de ces Pays, de la Carte générale & des Cartes particulières du Thibet,  
& de la Corée; & ornée d'un grand nombre de Figures & de Vignettes  
gravées en Taille-douce.

*Par le P. J. B. DU HALDE, de la Compagnie de JESUS.*

Avec un Avertissement préliminaire, où l'on rend compte des principales améliorations qui ont été faites dans cette Nouvelle Edition.

TOME TROISIÈME.



A LA HATE,

Chez HENRI SCHEURLEER.

M. DCC. XXXVI.

## HISTORIOGRAPHY

execução mas também de óptima matéria-prima, no que à fibra e aos tintos usados diz respeito. Ora, mais uma vez se nos afigura pertinente acompanhar as informações veiculadas pelos autores coetâneos acerca destes aspectos, as quais consideramos bem interessantes e elucidativas.

Curiosamente, é na grandiosa obra do padre jesuíta francês du Halde (1674-1743), *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'Empire de la Chine et de la Tartarie Chinoise, publicada em França em 1735*<sup>23</sup>, que encontramos algumas informações de índole mais técnica e detalhada sobre a sericultura na China. Embora este autor nunca se tenha deslocado ao Celeste Império nem aprendido chinês, conseguiu reunir importantes e pormenorizadas referências acerca deste e de muitos outros assuntos na referida obra, a qual se manteve, até cerca de 1815, como a principal referência em França sobre a China<sup>24</sup>. Veja-se como, apenas a título de exemplo, o autor aborda o tipo de equipamento utilizado pelos chineses, ao destacar como “*il est surprenant de voir quelle est la simplicité des instruments avec lesquels ils font les plus belles étoffes*”<sup>25</sup> ou o modo como os chineses avaliavam a seda: “*les chinois jugent de la bonne soye par le blancheur, par sa douceur, & par sa finesse. Si en la maniant elle est rude au toucher, c'est un mauvais signe. Souvent pour lui donner un bel oeil, ils l'apprenten avec une certaine eau de ris melée de chaux qui la brule, & qui fait quel'ayant transportée en Europe, on ne peut la mouiller*”<sup>26</sup>.

A capacidade de observar e analisar o comportamento desta matéria-prima revelava-se de vital importância entre aqueles que com ela negociavam, já que nem toda a seda cultivada e transformada pela generalidade do país apresentava a melhor qualidade. Efectivamente, de entre as regiões produtoras, a província que mais se destacava era a de Chekiam<sup>27</sup>, de onde provinha, “*sans comparaison la meilleur et la plus fine*”<sup>28</sup>. Esta região apresentava ainda como vantagem o facto de cultivar tanto bicho-da-seda que, de acordo com du Halde, reunia condições para fornecer quase sozinha tecidos de todos os tipos para o Japão, Filipinas e Europa<sup>29</sup>. Esta notícia não constituía, todavia, novidade já que, ainda na centúria anterior, pelo menos dois outros autores o haviam assinalado: Álvaro Semedo, em 1637, ao informar-nos que “é única em seda, que distribui por toda a parte, quer crua quer preparada, ou fiada em pano”<sup>30</sup> e, algumas décadas mais

tarde, Gabriel Magalhães; Magalhães não só confirma a questão como acrescenta que só aquela província e a de Nanjing eram conjuntamente responsáveis pelo envio anual de 365 barcos para a corte “abarrotaos não somente de peças de estofos de seda e de oiro, de damasco, de cetins e de veludos de diversas qualidades e cores mas ainda de ricas e preciosas vestes para o rei, rainha, príncipes, seus filhos e para todas as damas do palácio”<sup>31</sup>.

Ainda no que respeita à qualidade da seda produzida na China importa, todavia, destringir a qualidade da matéria-prima propriamente dita da que caracterizava os espécimes consigo manufacturados e, neste sentido, assinalar tipos de produção com diferentes categorias e em função dos destinatários: seria, por exemplo, o caso das peças destinadas à exportação, cujo nível de execução não corresponderia necessariamente àquele apresentado pela produção para consumo interno (pelo menos para as classes de elite). Com efeito, a partir dos textos consultados, reconhecemos dois motivos que podem justificar essa diferença, a saber: a impossibilidade de adquirirem as melhores peças (porque a elas lhes dificultam o acesso), bem como o maior interesse dos portugueses em comerciar os produtos mais baratos e, por isso, implicitamente de menor categoria. Do primeiro motivo nos dá exemplo o Pe. Álvaro Semedo, ao referir a excelência de algumas peças em seda que, embora ornamentadas “com preciosos e lindos trabalhos em oiro”, por serem “exclusivamente a seu modo e gosto não a tecem para estrangeiros, pois como obra singular que é, reservam-na para os palácios do rei”<sup>32</sup>. Na mesma linha de raciocínio, e mais de um século antes, já Cristóvão Vieira havia assinalado que “teem muitas mercadorias e boas a terra dentro muitas maneiras de sedas que ainda não vierão a Cantão, porque cuidão que as não entendem”<sup>33</sup>. O mesmo autor avançava, contudo, com uma justificação para que tal se verificasse, dando a entender que a própria estratégia governativa chinesa deliberadamente instigava a inacessibilidade dos estrangeiros aos bens de consumo interno, ao afirmar “por ser defesso por o rey que não se vendão mercadorias boas nem de preço a estrangeiros, senão cousa braganta”<sup>34</sup>.

Da outra razão ficamos a saber pelo dominicano Frei Gaspar da Cruz quando, a propósito “da multidam de mercadores de peças e panos de seda”, nos diz que “ha peças de damasco e tafeta entre elles tam ricas que

## HISTORIOGRAFIA

as nã traze a nos, porque lhe nam dam por ellas ho que vale na terra dētro”<sup>35</sup>. Ainda que o *Discurso* de Bernardino de Escalante acompanhe de forma fiel as notícias do *Tratado* de Cruz, a estas crescem, por vezes, algumas outras informações de teor bastante mais explícito; são disso exemplo os informes que Escalante introduz precisamente acerca das mercadorias transaccionadas, ao adiantar que “*lo que comunmente se vende en ellas [lojas], es brocadetes, y telas de Oro y diversidad de pieças de seda, diferētes ytã curiosas q ay muchos carmesies y damascos y tafetanes de tan subido valor; que no se atreven los Portugueses a dar por elles lo que merecen, cõ ser la mercaderia que mas de ordinario compran para llevar à Malaca y otras partes, y Reinos de aquel mar y à la India y a Portugal.*”<sup>36</sup>.

Também a ética profissional chinesa contribuiria, decerto, para que tal se verificasse, uma vez que tinha como principal móbil o negócio e o lucro. Este é, aliás, um outro aspecto notado, logo na primeira metade do século XVI, pela generalidade dos autores que relatam notícias da China, os quais não só criticam o seu

comportamento como o confrontam com outras realidades. É o caso de Mateus Ricci quando, no âmbito das suas considerações, compara a atitude dos chineses com a dos europeus: “*Et una è assai ordinaria che, per essere i Cinesi moderati e parchi nelle sue cose, non fanno molto grande spese. E di qui avvieni che gli arteggiani non sempre pongono le sue forze tanto in fare l’opere sue molto perfette, quanto in farle con puoca spesa di danari e di tempo, per potere vendere tutto a molto migliore mercato; e soventemente falsificano molte cose e non gli fanno altro che una bella apparentia. Nel che, pare a me sono contrarij i nostri (e cosi loro lo confessan), che tutto fanno con molta perfettione per venderlo di poi piu caro.*”<sup>37</sup>.

O seu comportamento merece também uma analogia entre os chineses e os japoneses acerca da respectiva política negocial, por parte do dominicano espanhol Frei Domingos Navarrete: “*Grandissimo es el numero de los mercaderes y tratantes chinos. En qualquiere ciudad, ó Villa que se entre, parecen mas les que venden que los que compran: sen todos muy convenientes y corteses, en ganando algo, aunque sea poco, no pierden la ocasion. Antipodas, propriamente del Iapon; este es seco, aspero y aferrado grandemente, en diziendo, veinte ducados vale esto, no baxará un maravedi...*”<sup>38</sup>.

Nesta e nas páginas seguintes: produção da seda, desde a recolha das folhas de amoreira à tecelagem, guaches sobre papel de arroz (Museu de Macau).



## HISTORIOGRAPHY

Ao que tudo indica, o pouco empenho dos artesãos e a constante procura pelo lucro fácil e rápido afectava não apenas a obtenção da matéria-prima em bruto e dos tecidos em seda mas, em particular, a sua própria comercialização nos mais díspares aspectos, pois, como nos informa Gaspar da Cruz, “Sam os mercadores comunmente falsos e mintirosos, e trabalham quanto podem por fazerem roindade nas fazendas com que enganem os compradores”<sup>39</sup>. É disso prova a pesagem “porque como cada hum trabalha de enganar por todas as vias que pode ao outro, nenhum se fia das balanças e pesos do outro”<sup>40</sup>, ou a mistura disfarçada de produtos de menor qualidade e até diferentes, induzindo o comprador em erro. Basta acompanharmos o conteúdo do já citado manuscrito do frade arrábido José de Jesus Maria, ao longo do qual nos deparamos com explícitas observações acerca das “fazendas falçificadas porque são os chinas tais que no fabricar das sedas lhe metem ramé na tecedura furtando-lhe seda, e com esta erva misturada ficão tezas as tais sedas, o que nem todos os estrangeiros conhecem, senão pella brevidade com que se rasgão ou se cortão.”<sup>41</sup> Este frade prossegue no mesmo tom, escrevendo que “athé nos padroens das

sedas [...], principalmente nos damascos há velhacaria fasendo os quazi todos, ou os mais delles deziguais sem uniformidade nem correspondencia”<sup>42</sup>. Refira-se que a obra deste autor não constitui de todo um caso isolado nesta matéria, uma vez que também outros o referem, como o já mencionado Pe. du Halde, a respeito da seda em bruto: “*c’est à quoi il faut prendre garde, en ce donnant le soin d’ouvrir les paquets; car les chinois, qui d’ordinaire cherchent à tromper, mettent quelque fois, dans le cour du paquet un ou deux echeveaux de grosse soye, bien différent de celle qui paoit au-dessus*”<sup>43</sup>. Mais adiante, este autor retoma a questão, desta vez a respeito da utilização de tintos, sugerindo ao leitor um processo de detectar o possível embuste: “*celui qui est teint en cramoisy se vend plus cher, mais il est disé d’y etre trompé. Un moyen de decouvrir la fraude, c’est de prendre du jus de limon melé avec de le chaux & d’eu répandre quelques gouttes en differents endroits: si la couleur change c’est signe qu’elle est fausse*”<sup>44</sup>.

Cumpre-nos aqui, no entanto, alertar que para este ambiente de vigarice e suspeição que recai sobre a seda comercializada pelos chineses muito terá contribuído a desmesurada ambição dos ocidentais (portugueses incluídos), como o frade arrábido lúcida



## HISTORIOGRAFIA

e acintosamente escreve: “Cada vez estão mais caros na China estes e outros generos e hoje se fazem todos falçificados, depois que a esperteza e industria dos chinas tem tomado muito bem o pulso aos Europeos, e vem a ambiciosa concurrencia numeroza de seus navios; [...] A paciencia dos Estrangeiros (assim como a dos Portuguezes) se purifica certamente em o negocio com os chinas, que na verdade eu não sei como ja os sofrem, pellas muitas cavilaçoens e velhacarias que lhe fazem, nem me parece que há negocio mais porco, no que os europeos tem a maior culpa.”<sup>45</sup>

De acordo com este autor, os europeus, “preocupados alguns destes de huma nimia ambição para abarcarem mais fazendas do que os outros, partirem e chegarem primeiro aos seus portos, e baldearem para os de outras naçoens estas fazendas...”<sup>46</sup> – como atrás tivemos oportunidade de verificar no método usado pelos portugueses – foram os principais responsáveis, criando os precedentes necessários à materialização desta realidade.

Afinal, a receptividade à comercialização de produtos com este tipo de características revelava-se comum às duas partes do negócio e extensível a muitos outros produtos ali transaccionados. Referimo-nos

concretamente, e apenas como exemplo, à “louça de cobre esmaltada, cujo esmalte com o callor lhe salta fora lindamente, [e aos] charoens com bella vista e pouca dura”<sup>47</sup>, ou até mesmo aos mantimentos, acerca dos quais nos é mencionada a prática de grandes falcatruas. É o caso do chá que, como bem humoradamente o frade José nota, “só em nome [...] porque não havendo na China (o que hé certo) a decima parte do chá que vai para Europa, [como lhe assegurou um mercador chinês] colhem os chinas multidam de folhas miudas de quaisquer arvores e plantas que secão, dando lhe sol, ou levando as ao forno, as quais participado o nome de cha de algum pouco que lhe misturão, enchem caixoens quazi innumeraveis deste genero que vendem...”<sup>48</sup>. O mesmo se reconhece noutro tipo de géneros – a cujas referências não resistimos e por isso transcrevemos alguns excertos – que os chineses exploram, forjando ao máximo o respectivo peso e, claro está, o preço: “dentro das carnes metem quantidade de agoa (para lhe fazer mais peso) depois de morta o ser, antes de a partirem, introduzindolhe pellas veias com humas delicadas ceringas que para isso tem, e o sabem todos...”; “molhão o pexe para o vender: na farinha de trigo que trazem feita, misturão



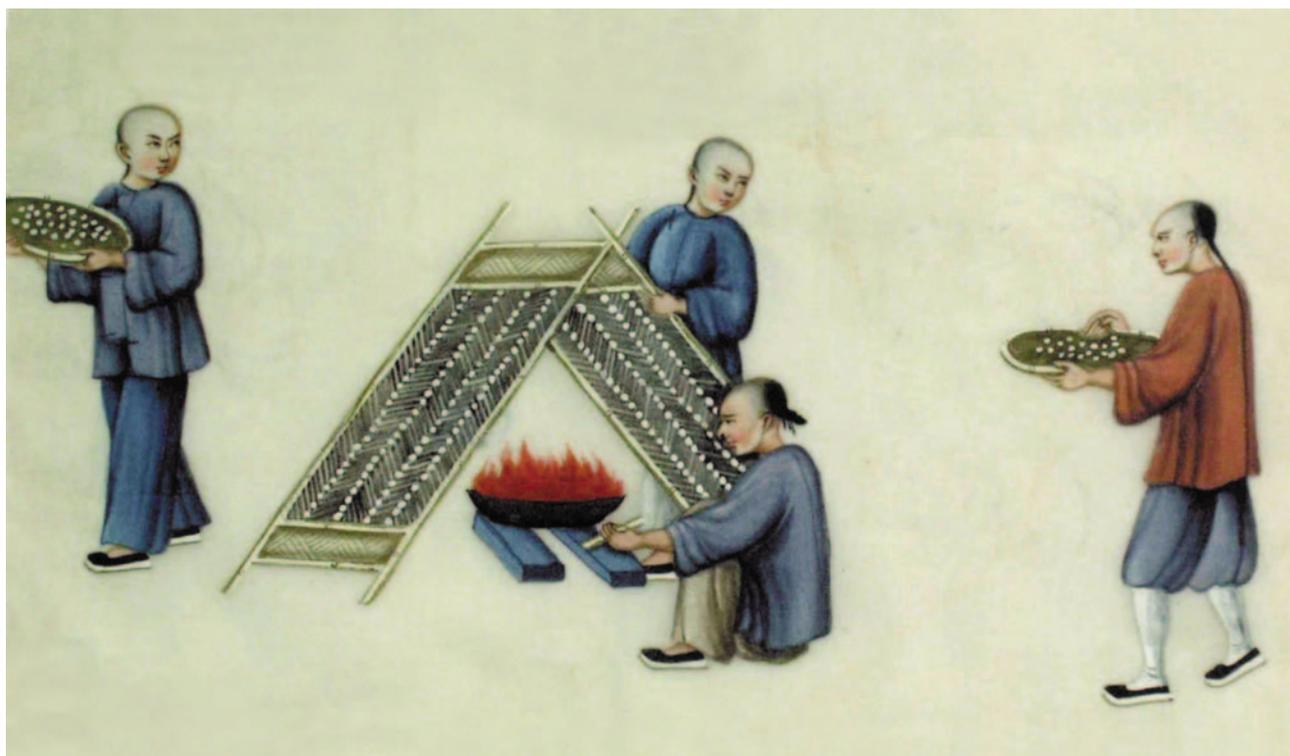
## HISTORIOGRAPHY

Inhame, arroz e casca de ciba tudo moído: no arroz em grão já pilado misturão area...”, sendo que “athé a lenha para o fogo, que tambem se vende a pezo molhão primeiro para lho acrescentar;”<sup>49</sup>.

No que respeita a outros dos aspectos que caracterizam as produções têxteis chinesas importa também destacar os procedimentos utilizados na preparação da seda, responsáveis pela refinada e distinta paleta cromática que tanto impressionou os europeus. Por esse motivo, também estes temas não escaparam aos tópicos temáticos abordados, como se verificou com o frade arrábido já citado, que nos fornece alguns apontamentos interessantes acerca dos tintos. Através do seu texto somos informados de que as sedas adquiridas pelos estrangeiros no porto de Cantão, por volta de 1740, eram “tenues no corpo, fracas em a dura, e pouco subsistentes em a cor, porque facilmente perdem pela má qualidade de tintas que há no Paiz; só o amarello se conserva, e tambem a cor de grana se hé vinda de Manila”<sup>50</sup>. Perguntamo-nos se esta má qualidade poderia ficar a dever-se aos processos por eles empregues, como aquele observado pelo mesmo frade na província de Fujian, onde recorriam a “celebres lagoas, cujas agoas sem mais mixtos são tintas naturaes,

com que dão cores azuis e verdes aos seus pannos”<sup>51</sup>. Note-se, todavia, que não se tratava em absoluto de uma solução exclusiva da tinturaria chinesa, já que do mesmo modo se procedia em Bragança, no reinado de D. José I, na ribeira de Fervensa, famosa por ser “especial a virtude de suas agoas para dar a tinta preta às sedas, de sorte que se tem experimentado com nenhuma outra agoa são as sedas tam negras”<sup>52</sup>.

Ora, a questão do modo como a cor era usada na seda e nos tecidos em geral revelava-se de vital importância naquele país, porquanto a mesma veiculava uma importante componente simbólica e a sua aplicação compactuava do rígido sistema hierárquico social que caracterizava a sociedade chinesa. Tratava-se de uma questão de tal forma relevante que, ao longo da história da China imperial, foram estabelecidos alguns códigos de conduta que determinavam não apenas o tipo de tecidos, feitos e decoração a aplicar no vestuário e acessórios mas também a cor a usar pelos diferentes elementos da comunidade. Por exemplo, logo na dinastia Zhou, foi determinado que o privilégio de usar vestuário e adornos com as cinco cores primárias era exclusivo dos nobres, sendo que ao povo apenas era permitido



## HISTORIOGRAFIA

o uso das cores ditas suplementares<sup>53</sup>. Este aspecto, como muitos outros relacionados com a conduta daquela nação, não passou despercebido aos europeus, tal como se reconhece num excerto de uma Relação da embaixada de Manuel de Saldanha a Pequim, em 1670: “... tudo o que pertence ao Emperador tem as ditas cores até os telhados são vidrados de amarelo, e vermelho, os parentes mais chegados do Emperador por via masculina, trazem sinto amarelo, os mais remotos, ou por via feminina vermelho”<sup>54</sup>. Também du Halde aborda de forma sintética a questão, ao assinalar que “*toutes les couleurs ne sont pas permises également à tout le monde, il n’y a que l’Empereur & les Princes du Sang qui puissent porter des habits de couleur jaune...*”<sup>55</sup>.

Efectivamente, o uso da cor não era aleatório; antes pelo contrário, apresentava uma relação directa com uma filosofia repleta de significados e segundas leituras, directamente relacionadas, não apenas com aspectos de ordem cósmica (sobre os quais assentava o conceito chinês da criação do mundo), como os cinco pontos cardeais e os cinco elementos – a que correspondiam exactamente as cinco cores primárias –, mas também com questões de autoridade,

hierarquia e valor dinástico<sup>56</sup>. As cores que compunham a paleta cromática eram assim: o azul-verde, correspondente ao Este, à Primavera e à madeira; o branco, em alusão ao Oeste, ao Outono e ao metal; o vermelho, representante do Sul, do Verão e do fogo; o preto, em referência ao Norte, ao Inverno e à água; e, finalmente, o amarelo, o qual simbolizava o Centro e a terra<sup>57</sup>.

Lembrando a importância que o equilíbrio entre todos os elementos e fenómenos do universo (ditado pelo princípio filosófico do *yin e yang*) e o modo como estes se conjugavam e sucediam entre si comportavam para os chineses, compreende-se porque é que, como nota Jessica Rawson, a escolha da cor dinástica por parte de uma nova casa reinante (aquando da sua ascensão) se afirmava como uma das mais importantes decisões a tomar<sup>58</sup>: enquanto a dinastia Zhou foi simbolizada pelo fogo e pelo encarnado, a Qin (221-206 a. C.), que lhe sucedeu, autoproclamou-se como uma dinastia da água que, naturalmente e de forma metafórica, extingue o fogo da sua antecessora adoptando, como cor emblemática, o preto<sup>59</sup>. Já a cor abraçada pelos Han foi a branca, a dos Ming a vermelha, sendo que a da última dinastia, a Qing, contemporânea da maior parte



## HISTORIOGRAPHY

do período de relações estabelecidas entre o Este e o Oeste, correspondeu à amarela, assinalado pelos nossos relatores.

Se a seda e as suas particularidades afectaram os europeus, também o tipo de património com ela manufacturado lhes cativou a atenção, induzindo-os, no caso dos portugueses, à sua comercialização no espaço lusófono (designadamente para a metrópole) bem como à respectiva tentativa de controlo e exclusividade. O mesmo estímulo se reconhece no domínio literário, através da recolha de notícias pitorescas e do estabelecimento de analogias entre o que se fazia e usava na Europa e o que eles ali observavam sendo, nesse sentido, relevante uma observação dos padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano: “E não é só a seda em bruto que é transportada para lá, mas também diversos e variados materiais com ela tecidos, pois os chineses distinguem-se na arte de tecelagem, e assemelham-se enormemente aos vossos tecelões da Europa”<sup>60</sup>.

Neste contexto, deparamo-nos com informações variadas sobre estes tópicos, nomeadamente com o género de mercadoria transaccionada ou com os tipos de objectos ali manufacturados em seda e respectivos

usos a que, por vezes, acrescem ou se sobrepõem considerações de natureza pessoal de pendor mais conservador e eurocêntrico.

Como já tivémos ocasião de observar, a seda afirmou-se, desde os primeiros contactos comerciais com a China e com os seus produtos – mesmo aqueles indirectos realizados através de entrepostos como o de Malaca –, como uma das mais apreciadas e valorizadas mercadorias exportadas pelos chineses. Esta matéria podia circular sob a forma de fios, como nos relata Tomé Pires, logo em 1515, “... a primçipall mercaderia da Chyna he seda branca crua em mujta cantidade & sedas soltas De cores mujtas em cantidade”<sup>61</sup>, e ou já transformada em tecidos e peças têxteis.

Se os cetins (cuja técnica, ao que tudo aponta, foi desenvolvida durante a dinastia Tang<sup>62</sup>), damascos e brocados se apresentam como verdadeiras criações chinesas, apreciadas e assiduamente assinaladas é, no entanto, curioso notar que os veludos nem sempre constam das listagens enunciadas de bens chineses transaccionados, pelo menos na documentação datável das primeiras décadas de contacto. De acordo com as informações que tivemos oportunidade de recolher relacionadas com esta questão, essa omissão



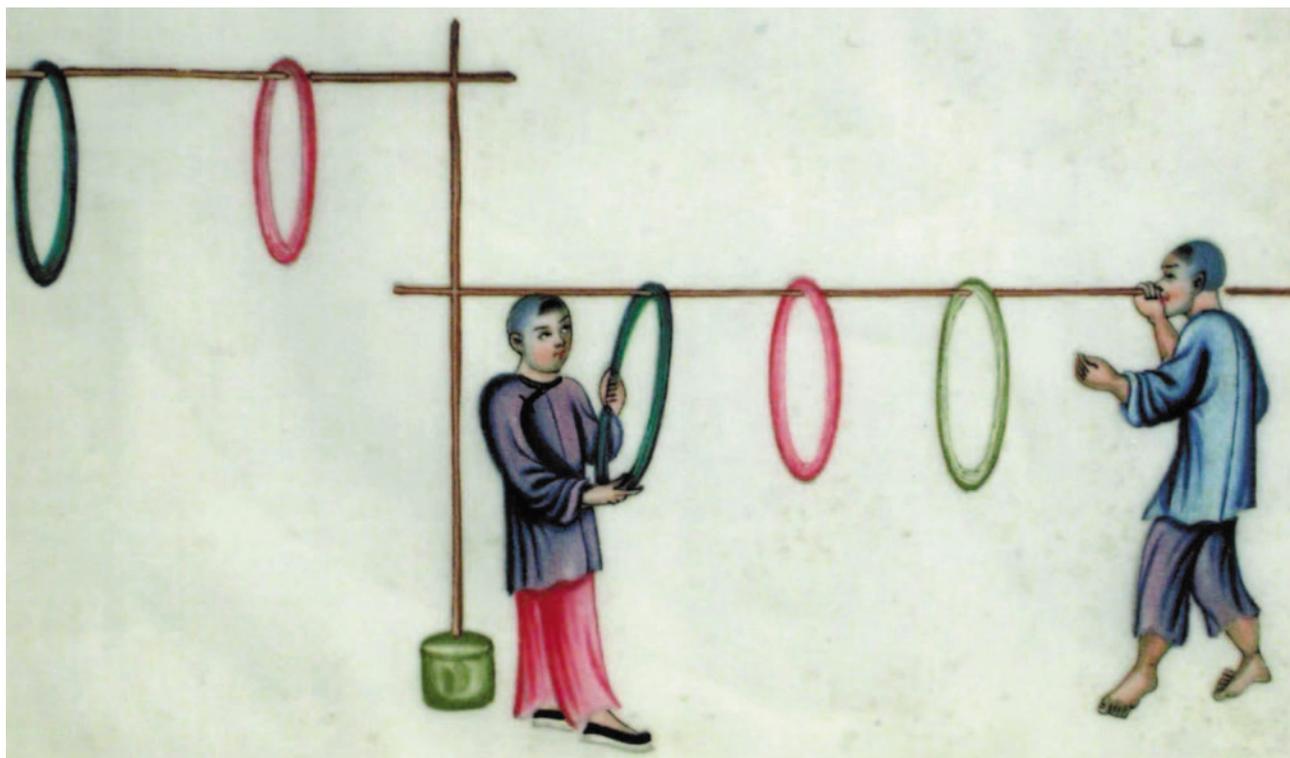
## HISTORIOGRAFIA

poder-se-á ter ficado a dever ao facto de os chineses pura e simplesmente ainda o não produzirem no referido período. É, pelo menos, nesse sentido que apontam os testemunhos do Padre Lorenzo Mexia, em 1578, ao informar que “nhuma cousa lhe mostrão [os europeus aos chineses] das nossas que não nas fação melhora que nos, salvo o veludo, que inda não entendem como se faz”<sup>63</sup> e também o de de Jan van Linschoten quando, no seu *Itinerário*, publicado em 1596, nos confirma o desconhecimento dos chineses nesta matéria observando “que eles não têm, de todo, nem sabem fazer de maneira nenhuma”<sup>64</sup>. Todavia, esta situação ter-se-á alterado significativamente por esta altura, uma vez que Mateus Ricci, no contexto de uma carta datada de 1592, menciona já que “*Da pochi anni in Qua hanno imparato a fare velluto e lo fanno assai buono*”<sup>65</sup>.

De entre as mercadorias têxteis que os portugueses comerciavam para Portugal (e, consequentemente, para a Europa) podemos reconhecer, do ponto de vista sobretudo plástico, através da documentação analisada e da inventariação de espécimes a que nos últimos anos nos temos dedicado<sup>66</sup>, dois tipos de bens, em concreto, aqueles ali manufacturados, mas

claramente consonantes com o mercado de exportação e, por isso, mais ao gosto dos destinatários e aqueles tipicamente chineses.

Relativamente à produção consignada com a exportação, importa lembrar que ao seu desenvolvimento terá sido determinante o apreço que os produtos orientais fomentavam na Europa e a facilidade e apetência que os chineses, desde cedo, revelaram para imitar o que se lhes apresentava como modelo, como nota o Padre Álvaro Semedo: “A gente he habil de mão e posto que de pouca invenção, imita excelentemente, tudo o que se encontra inventado”<sup>67</sup>. Assim, graças ao seu extraordinário espírito empreendedor e comercial, os chineses rapidamente se colocaram em campo, procurando cativar uma nova e potencial clientela pelo que, mesmo alheios e pouco interessados, por exemplo, nas alfaias litúrgicas cristãs, depressa se disponibilizaram em fornecê-las aos religiosos, seguindo as suas directrizes, quanto a morfologia e plasticidade. A este respeito são muito interessantes e reveladores os conteúdos de algumas cartas ânuas escritas pelo jesuíta Luís Fróis (1532-1597), quando da sua estada na Índia atendendo, por um lado, à sua experiência missionária no Oriente



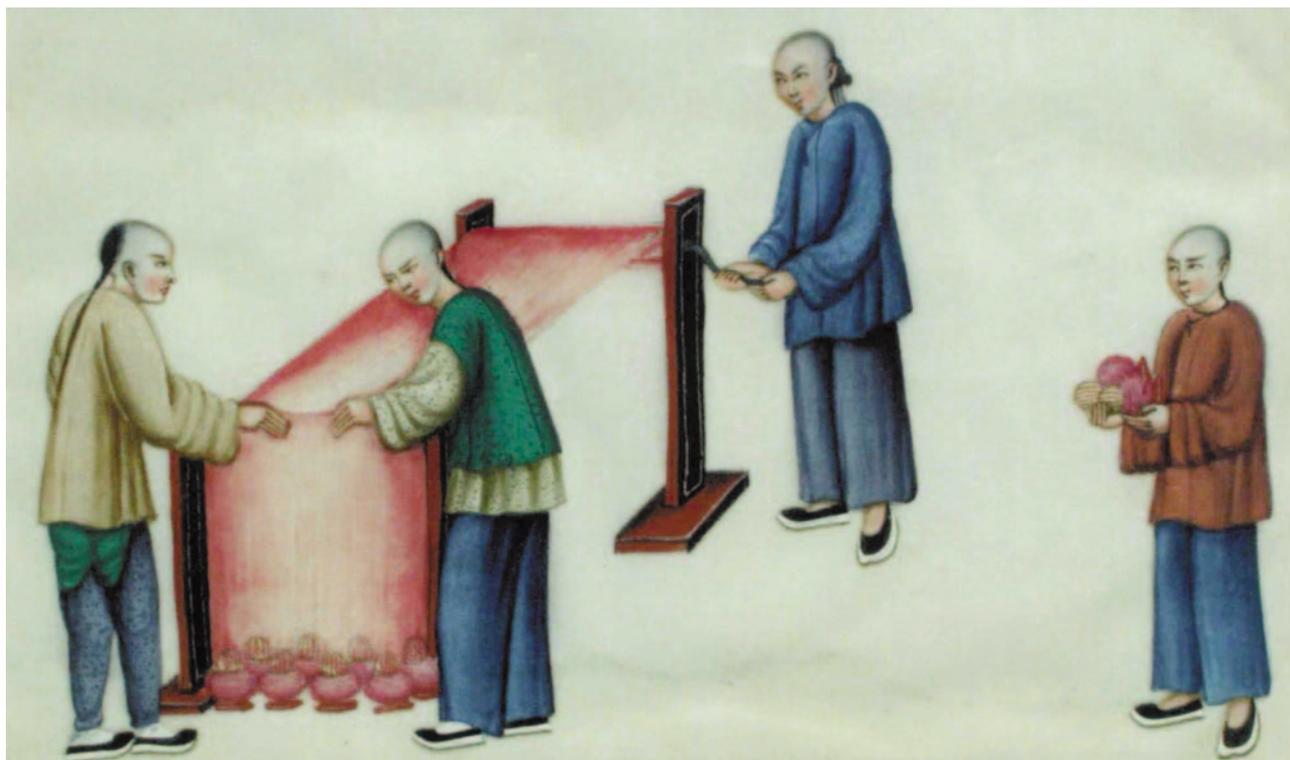
## HISTORIOGRAPHY

(ainda que numa fase inicial, à data de realização das mencionadas cartas) – aí viajou pela Índia, deslocou-se a outros colégios jesuíticos localizados em Malaca, Macau e no Japão, onde residiu grande parte da sua vida e veio a falecer – e, por outro, à sua própria sensibilidade.

Trata-se de um autor que nos merece a maior atenção já que, no âmbito dos têxteis, Fróis nos relata peças de manufactura chinesa com grande acuidade, bem evidenciadoras da sua admiração por estes espécimes que aborda, descreve e elogia no âmbito do período que passou nos colégios de Goa. Por esse motivo, estas cartas reúnem informações preciosas que nos confirmam não apenas o assinalado empenho dos chineses, mas também o seu protagonismo no fornecimento de espécimes para o espaço lusófono, especialmente para a Índia, numa fase ainda embrionária do estabelecimento português em Macau, de que é exemplo o seguinte excerto datado de 1561: “Huma cousa lhe direy dos chinas muito gracyosa contarão-lhe la os portugueses as proçissões que qua fazião em Goa e a maneyra de nosso cullto divino e ymagens elles como são homens abilissymos determinarão, de não perder a ocasião de ganharem

que he quasi seu ulltimo fim pretenderão em tudo seu enteresse.”<sup>68</sup>.

Na sua correspondência, Fróis revela-se não só perspicaz mas também pormenorizado descrevendo-nos, de forma minuciosa, o teor iconográfico de algumas destas peças importadas da China com cariz cristão, como se reconhece na mesma carta: “Pintarão em huns panos como de Frandes huma imagem de Nossa Senhora muito gloriosa posta em hum campo douro rodeada de serafins com huns çeos e nuvens por cyma que tem ho mynino Jesus pellas mãos em pee posto sobre o globo do mundo e mays abaxo hu Yesus em outro campo douro rodeado de serafins da gloria aos quaes ho mynino lança de cyma humas capellas de rosas e lirios fresquissimos, e abaxo dos anjos os myninos no nosso collegio em procissão de huma parte e da outra com sua cruz alevantada e seriaes e suas roupetas brancas vestidas e o padre Micer Paulo que esta em gloria antre os myninos com sua sobrepeliz e livro na mão rosando as ladainhas e hum velho que aqui tinhamos com sua vara que os vay regendo diante os quaes os anjos punhão na cabeça as capellas que recebem da mão de Yesus. Destes nos vierão o anno passado da China dous ou tres panos afora outros que



## HISTORIOGRAFIA

tem feyto do sacrificio de Abrahão do nacymento dos Reis, da visitação de Santa Elisabet e da Resurreyção e porque lhes pareço que isto era somente pera paredes fizerão humas charollas douradas muito frescas e graceosas com huns callvarios de estranho artefiço com seus veados passaros cobras e caracoes pello pee do monte e crucyfixos de vulto allguns delles muito devotos com sua Nossa Senhora e sã Yoão, e em outras fizerão o orto em outros hum sepullcro com hum descendimento da crux destes tantos que quasi cada yrmão tem hum pellos cubicillos...”<sup>69</sup>

Embora possamos presumir que as peças de matriz europeia tenham circulado pelo antigo espaço lusófono e chegado a Portugal em maior número do que aquelas de índole chinesa, importa considerar alguns aspectos que podem ter contribuído para essa discrepância: terá sido o caso da própria estratégia governativa imperial que, como já atrás tivemos oportunidade de referir, instigava a inacessibilidade dos portugueses a estes espécimes, ou os preços a si associados, os quais podiam, de igual modo, afastar a sua procura e ulterior aquisição. Por outro lado, ainda que o gosto orientalista se encontrasse em franco desenvolvimento na Europa, estas peças comportavam

referenciais plásticos e artísticos muito díspares dos habituais, nomeadamente no que respeitava aos aspectos iconográficos que as ornamentavam, estranhos e nem sempre considerados apelativos ao imaginário ocidental, a acreditar no comentário pouco abonatório de Adriano de las Cortes acerca da tão cobiçada produção chinesa: “*la abundancia de sedas y los que de la China salen crudas y curadas, torcidas y flojas y todo género de tejidos dellas es cosa indecible y que admira al mundo, pero no las saben aderezar y beneficiar bien...*”<sup>70</sup>

Não obstante a sua provável raridade entre nós, pelo menos nos primeiros anos de contacto, as peças de essência chinesa não só chegaram à metrópole como foram consideradas dignas de integrarem as alfaías litúrgicas usadas nos cerimoniais católicos, como nos confirma um excerto do *Tratado* de Gaspar da Cruz: “os cinco Grãdes cõ seus assistêtes trazẽ todos por divisa as armas del Rei nos peitos e nas costas, que sam hũas serpẽtes tecidas de fio de ouro, das quaes hã vindo muitas a Portugal, que se dã pera servirẽ nalgũs ornamẽtos das igrejas”<sup>71</sup>. Trata-se de uma referência inequívoca aos emblemas hierárquicos dos funcionários imperiais chineses, os *mandarin squares*, assim



## HISTORIOGRAPHY

denominados pela forma quadrada que os caracteriza durante a dinastia manchu. Acessórios de distinção e dignificação das diferentes categorias da sociedade chinesa, estes associavam-se a um código iconográfico e iconológico consigo compatível, tendo como principais protagonistas aves e animais quadrúpedes, os primeiros destinados à categoria civil e símbolo do refinamento literário dos letrados e os segundos aos militares, enquanto elementos evocadores da sua coragem<sup>72</sup>.

Esta observação afigura-se-nos da maior pertinência porquanto nos permite concluir que exemplares têxteis caracteristicamente chineses circulavam em Portugal desde pelo menos 1569 e que foram, desde então, incluídos e adaptados às alfaias litúrgicas cristãs. Da mesma forma nos permite pensar que alguns deles poderão ter sido absorvidos pelo mercado espanhol, também ele ávido de produtos originários das Índias e deste modo justificar a presença de espécimes desta tipologia naquele país, alargando assim o leque de hipóteses sugerido por Schuyler Camman a propósito da influência de um destes emblemas hierárquicos num pormenor decorativo da pintura *As Bodas de Canã* (datada de 1650), do artista espanhol Esteban Murillo (1617-1682)<sup>73</sup>. De facto, pese embora a proibição dos portugueses e espanhóis poderem intervir livremente nos dois empórios coloniais durante a dinastia filipina, trocas comerciais entre ambos mantiveram-se na Península Ibérica, pelo que nos parece tão ou mais plausível a chegada (pelo menos de parte) de bens extremo-orientais à Espanha através de Portugal do que pela rota que ligava as Filipinas à Nova Espanha e daí, atravessando todo o continente e o oceano Atlântico, ao porto de Sevilha.

Ora, os emblemas hierárquicos não se constituíram como único acessório de vestuário a ser alvo da atenção dos ocidentais. O seu modo de vestir e as suas especificidades alimentaram enormemente as obras de muitos autores sobre a mítica China, como o confirmam a presença, na generalidade destes textos, de capítulos a si dedicados. Neles se descreve o tipo de traje dos homens e das mulheres em geral, bem como as particularidades e os costumes associados aos diferentes estratos da sociedade chinesa, como se reconhece no seguinte excerto acerca do vestuário masculino: “Seu traje comū he pelotes de prega cōpridos ao nosso modo antigo: dam bolta por cima

do peito, atando se na ilharga, e todos em geral usam nos pelotes m̃agas muito largas trazē comūmēte pelotes pretos de linho ou e sarja fina ou grossa de diversas cores, algūs trazē pelotes de seda, muitos os usam nas festas de seda e os regedores comūmēte vestē sarja fina: e nas festas usam de sedas ricas, principalmēte de carmesi ho qual na terra ningē pode trazer se nã elles (...) na cabeça trazē hū barrete alto e redōdo feito de varinhas muito finas sobretecidas de seda preta muit bē feitos, usam de mea calça de piar inteiro, as quaes sam mui bem feitas e pespōtadas e trazē botas ou çapatos segundo ha curiosidade ou possibilidade de cada hū, ou de seda, ou de couro ...”<sup>74</sup>

Também o vestuário feminino é alvo da atenção de Frei Gaspar da Cruz ao assinalar, entre muitos outros aspectos, que “Usã de saias compridas ao modo das Portuguesas, as quaes tē ha cintura da mesma maneira que ellas. Trazē sainhos de mangas largas, gastã comūnmēte no vestido mais sedas que os maridos...”<sup>75</sup>

Na realidade, embora a seda não fosse usada em tudo e por todos, como alguns textos mais poéticos e optimistas coevos parecem sugerir, esta fibra constava assiduamente da vivência quotidiana chinesa, associando-se à manufactura de algumas peças têxteis de carácter ornamental usadas em ocasiões especiais, em espaços interiores e exteriores, com diferentes funcionalidades, como sejam: porteiras para as casas em dias de festa, cortinas para os carros fúnebres – como testemunha Álvaro Semedo a propósito do enterro da rainha-mãe em 1614: “este caixão estava colocado num carro triunfal muito trabalhado e de grande preço com as suas cortinas de seda, bordadas e recamadas de oiro todo ornado com laminas de prata”<sup>76</sup> – ou ainda no improvisado de *abat-jours*: “... quando ṽe officiaes novos aa terra e tãbem nos dias que fazē os Chinas suas festas geraes, armã estes arcos de panos de seda, ede noite que he ho principal de suas festas, pendurãlhe muitas lâternas, as quaes elles fazem mui galãtes e grãdes de panos de seda mui bem pintados, as quaes coa claridade das cãdeas parecē muito bē.”<sup>77</sup>

Ainda a este respeito refira-se apenas uma outra utilização de peças têxteis em seda que nos mereceu a maior atenção. Referimo-nos concretamente à decoração das mesas de refeição não ao nível do tampo propriamente dito mas do seu redor: “estavam as mesas postas em tres lâços da casa, pera cada cōvidado hũa mesa muito linda e sua cadeira dourada, ou prateada,

## HISTORIOGRAFIA

e cada mesa tinha em frôte hũ frontal de damasco ate ho chão, nas mesas nam avia toalhas nem guardanapos, assi porque as mesas sam muito lindas, como porque comêtam limpamente que nam tem necessidade destas cousas”<sup>78</sup>. Talvez os motivos expostos por Gaspar da Cruz, como a beleza das peças de mobiliário – segundo Escalante, “*galantissimas, tan doradas y pintadas de bolateria, boscaje y mōteria*”<sup>79</sup> – e a forma higiénica como se processavam as refeições justificassem esta tradição, característica das opções decorativas interiores Ming. É pelo menos o que confirmam algumas gravuras datáveis do período Wanli (1573-1619)<sup>80</sup>, portanto, contemporâneas do período a que se reportam estas observações sendo que, aparentemente, o uso de tecidos em seda, como brocados, sob a forma de frontais em mesas e cadeiras, se apresentava como um costume apenas usado em ocasiões formais, como eram precisamente os banquetes<sup>81</sup>.

É inegável que, de forma directa e indirecta, o universo da sericultura chinesa iria afectar profundamente a sociedade e cultura ocidentais, pelo que o seu impacte viria a surtir efeito a diferentes níveis e sob diferentes formas, tanto através da chegada à Europa de notícias veiculadas por aqueles que com a seda contactam *in loco* como da própria matéria-prima, que agora circulava em muito maior escala do que até então se havia verificado.

Trata-se, de certo modo, de um fenómeno quase simbiótico entre a notícia e a vivência da seda, na medida em que se as informações divulgadas ajudaram a saciar a curiosidade que o mito do Cataio havia promovido durante a medievalidade, as mesmas aguçaram, também e ainda mais, o desejo de contactar com este material e com a própria diversidade da produção têxtil chinesa importada, no sentido de experienciar e confirmar, na prática, aquela realidade.

É, no entanto, de destacar que estas informações comportavam uma dimensão que ultrapassava a mera curiosidade. Afinal, esta matéria constituía-se como um bem que, embora muito requisitado, se associava a uma oferta de mercado continuamente insuficiente relativamente à procura. Para tal contribuía a enorme dependência que a Europa acusava desta matéria (já que a sua produção se limitava, até então, *grosso modo* às cidades italianas de Génova e Veneza e aos reinos de Aragão e Andaluzia<sup>82</sup>), bem como a sua utilização, de forma cada vez mais generalizada, entre a sociedade europeia nas diferentes peças de vestuário, em

detrimento de fibras, como a lã ou o algodão – como atestam a enorme quantidade de pragmáticas promulgadas em solo nacional durante os reinados de D. João II e, em especial, de D. João III e D. Sebastião, com vista à tentativa de controlo do uso de matérias-primas valiosas importadas, como era a seda.

Havia, portanto, vontade de conhecer tudo o que à seda dizia respeito, já que este material passara definitivamente a fazer parte da história do Ocidente. A tal ponto que a implementação do cultivo da seda em diferentes países europeus se apresentava como um objectivo de primeira instância, como medida estratégica para fomentar indústrias internas competitivas e lucrativas que contrariassem cabalmente os elevados índices importados daquela fibra.

Neste sentido, e numa perspectiva de cariz prático, se o acesso e o contacto directo com a respectiva produção, que então circulava pela Europa, terá sido fundamental, também a informação escrita podia elucidar, de um ponto de vista mais técnico, sobre os métodos usados pelos chineses quer do ponto de vista da organização do trabalho, garante de uma produção verdadeiramente eficaz e massificada deste tipo de manufactura, quer dos procedimentos adoptados na sericultura. É neste contexto que se poderão compreender certas abordagens, porventura consideradas *a priori* de natureza demasiado minuciosa, ou a realização de edições, muitas vezes complementadas com a inclusão de gravuras alusivas ao faseamento da produção e aos procedimentos técnicos usados nas diferentes etapas de obtenção e utilização do fio de seda, como se reconhece com a *Description* do inaciano francês Jean Baptiste du Halde.

Não obstante, é de notar que, se no caso da França não havia tradição do cultivo de seda (o que podia complicar o seu implemento), o mesmo não se verificava com o nosso país onde, desde cedo, se contactou com esta matéria-prima quer através da produção de sirgo – ainda que explorada essencialmente no domínio rural – quer da manufactura de bens com este material, o que poderia fazer supor um mais rápido e eficaz aproveitamento prático das notícias então veiculadas, muitas delas a chegarem a Portugal em primeira mão.

Com efeito, Portugal beneficiou, desde os primórdios da nacionalidade, de uma benéfica

## HISTORIOGRAPHY



conjugação de factores que o podiam transformar num relevante protagonista da história e indústria da seda no Ocidente. São disso exemplo o clima, pois como assinalava José Acúrsio das Neves em 1827 “que o nosso paiz seja hum dos mais proprios para a produção das sedas, he huma verdade demonstrada pela experiência que ninguem ousará negar”<sup>83</sup> e a implantação geográfica, que facultava o nosso contacto directamente com a vizinha Espanha – à época um dos mais importantes centros europeus de produção e transformação da seda – bem como com a restante Europa, através do Atlântico e do Mediterrâneo.

Ainda que as informações relacionadas com a história da seda no nosso país não sejam abundantes, através da sua leitura apercebemo-nos que a Espanha assumiu um importante papel no desenvolvimento deste domínio em Portugal, não só através da exportação da elevada quantidade desta matéria-prima ali produzida – como confirmam os números divulgados por João

Brandão, em 1552, na sua *Estatística*<sup>84</sup> – mas ainda da vinda de mestres especializados para o nosso país.

Sousa Viterbo reuniu alguns exemplos de castelhanos com actividades relacionadas com a seda que se fixaram em terras lusas: foi o caso de Affonso de Sevilha e sua mulher, Cattelina Rodrigues, residentes em Évora onde, em 1452, se ocupavam da fiação de seda; de Alonso de Vilha Real, que trabalhava na oficina de veludos e sedas de Diogo Pires no Porto e que, em 1539, pediu para se estabelecer em Portugal como mestre do mesmo officio; ou ainda de Pedro Nunes e Fernão Dias, residentes em Lisboa, que solicitaram a necessária autorização régia (a D. Sebastião) para estabelecerem uma fábrica onde pudessem lavrar, em exclusivo, naquela localidade e no seu termo, cetins, veludos, tafetás e damascos, entre outros, o que se veio a verificar a 9 de Junho de 1575, tendo para isso mandado vir de Granada teares, tornos, tecedores, tintureiros e outros officiais, de molde a garantir uma qualidade análoga aos melhores tecidos produzidos naquela localidade andaluza<sup>85</sup>.

Pesem embora estes esforços isolados, a realidade parece ter sido bem diferente, com a população e o poder a revelarem-se pouco sensibilizados e decididos em implementar, de forma consolidada e sistemática, a sua produção e manufactura. Assim se manteve então, sem grande expressão, até ao início do século XVI, altura em que “com D. João III (1521-1557) esmoreceu pois a sericicultura, voltando-se completamente todos os esforços para as empresas marítimas e para o trato mercantil, que o Oriente nos offerecia a um preço doloroso”<sup>86</sup>.

Talvez o facto de Portugal se ter constituído, até à primeira metade de Seiscentos, como a principal porta de entrada de avultadas quantidades de seda chinesa na Europa, bem como a sua estreita proximidade com o mais importante fornecedor daquela matéria – corroborada pelos preços fantásticos praticados pelos chineses, capazes de arrasar qualquer adversário – possam justificar o seu afastamento deste empreendimento, cujo impacte pode ser atestado pela observação de José Acúrsio das Neves, em 1827, ao afirmar que “o Brasil não dava tantas riquezas a Portugal, como a produção e a manufactura das sedas à França e ao Piemonte”<sup>87</sup>.

Apesar de tardio, o reconhecimento da necessidade de se inverter esta situação acabaria por verificar-se com D. Luís de Meneses, conde da Ericeira

## HISTORIOGRAFIA

e vedor da Fazenda Real de D. Pedro II (1667-1706), responsável pela tentativa de implementação de uma política industrial e mercantilista que procurava não só obstar ao excesso de importação e uso de produtos de luxo como viabilizar e incentivar a manufactura interna, o que viria a culminar com a criação da Real Fábrica das Sedas do Rato, em Lisboa, em 1734<sup>88</sup>.

Resta-nos ponderar até que ponto estas notícias poderão ter sido importantes ao desenvolvimento desta mudança de estratégia económica, ainda que muito indirectamente, deixando que as mesmas primeiro germinassem noutros locais, com grande sucesso, e só mais tarde se repercutissem entre nós. **RC**

## NOTAS

- 1 São disso exemplo dois títulos que podem considerar-se “clássicos”, no âmbito dos estudos de natureza histórico-económica portuguesa, publicados pelos investigadores Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Ed. Presença, 4 vols., 1981-1983 e Charles Ralph Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, 4.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- 2 Cujas experiências transpostas para livros como *Histoire des Mongols Appelés par nous Tartares* de Giovanni da Pian del Carpine, *A Cidade da Luz* de Jacob d’Ancona no decurso de uma viagem à China entre 1270 e 1273 ou o célebre *Livro das Maravilhas* de Marco Polo viriam a constituir-se como verdadeiros sucessos literários e importantíssimas referências na constituição de uma imagem em torno daquela região planetária.
- 3 Cf. Hugh Honour, *The vision of Cathay*, Londres, John Murray, Ltd., 1961, p. 35.
- 4 Referências citadas por Jurgis Baltrusaitis, *La Moyen-Âge Fantastique*, 2.ª ed., Paris, Flammarion, 1993, pp. 183-184.
- 5 Bernardino de Escalante, *Discurso de la Navegacion que los Portugueses Hazen e los Reinos y Provincias del Oriente, y de la Noticia que se Tiene de las Grandezas del Reino de la China*, (ed. de Carlos Sanz), *Primera Historia de China*, Madrid, Libreria General Victoriano Suarez, 1958, fl. 100 (1.ª ed. 1577).
- 6 Raffaella d’Intino, *Enformação das Cousas da China. Textos do Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 149.
- 7 Frei Gaspar da Cruz, *Tratado em que se cõtam muito por esteso as cousas da China cõ suas particularidades, assi do reino d’Ormuz, cõposto por el. R. padre frei Gaspar da Cruz da orde de sam Domingos*, (ed. de Rafaella d’Intino), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989 (1.ª ed. 1569).
- 8 Que exercem em exclusivo até à década de 1630, altura em que chegam representantes de outras Ordens, como os dominicanos e os franciscanos, em 1631 e 1633, respectivamente.
- 9 Cf. António de Gouvea, *Asia Extrema Entra nella a Fé, promulgase a Ley de Deos pelos padres da Companhia de Jesus. Primeira Parte*, (ed. de Horácio Peixoto de Araújo) Lisboa, Fundação Oriente, 1995, p. 179 (1.ª ed. 1644).
- 10 Juan Gonzalez de Mendoza, *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que ay desde España hasta el Reyno de la China à España volviendo por la India Oriental*, Lisboa, S. Phelippe el Real, 1586, fl. 84v.
- 11 Frei Gaspar da Cruz, *Tratado em que se cõtam muito por esteso as cousas da China....*, p. 186.
- 12 Gabriel de Magalhães, S. J., *Nova Relação da China Contendo a Descrição das Particularidades mais Notáveis deste Grande Império*, Macau, Fundação Macau / Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1997, p. 310 (1.ª ed. 1668).
- 13 Jessica Rawson (coord.), *The British Museum Book of Chinese Art*, 3.ª ed., Londres, British Museum Press, 1999, p. 169.
- 14 Cf. António de Gouvea, *op. cit.*, p. 179.
- 15 Verity Wilson, “China”, in Jennifer Harris (coord.), *5000 Years of Textiles*, Londres, British Museum Press / The Whitworth Art Gallery / The Victoria & Albert Museum, 1999, p. 133. Philippa Scott refere ainda a existência de achados arqueológicos datáveis de 3000 a. C.; cf. Philippa Scott, *The Book of Silk*, Londres, Thames & Hudson, 2001, p. 22.
- 16 Lothar Ledderose, *Ten Thousand Things. Module and Mass production in Chinese Art*, Princeton, Princeton University Press, 2000, p. 83
- 17 Jessica Rawson (coord.), *op. cit.*, p. 170.
- 18 Sendo que as primeiras excediam na quantidade e qualidade as segundas. Cf. Lothar Ledderose, *op. cit.*, p. 84; Jessica Rawson (coord.), *op. cit.*, p. 31.
- 19 José de Jesus Maria, *Asia Sinica e Japonica*, vol. I, 2.ª ed., (ed. de Charles Ralph Boxer), Instituto Cultural / Centro de Estudos Marítimos, Macau, 1988, pp. 111-112 (ms. datável de 1740-1745).
- 20 Álvaro Semedo S. J., *Relação da Grande Monarquia da China*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude / Fundação Macau, 1994, p. 44 (1.ª ed. 1637).
- 21 Cf. Gabriel Magalhães, *op. cit.*, p. 207.
- 22 *Idem*.
- 23 Jean-Baptiste du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l’Empire de la Chine et de la Tartarie Chinoise*, 4 tomos, Paris, P. G. le Mercier, 1735.
- 24 Isabelle Landry-Deron, “J. B. du Haldé au Coeur de Cinquante Années de Publications sur la Chine en Relation avec la Querelle des Rites en France”, comunicação integrada nos Encontros da Arrábida, subordinados ao tema “A Questão dos Ritos Chineses. Dimensões religiosas, missionárias, culturais e políticas,” organizados pela Fundação Oriente, Convento da Arrábida, 12 e 13 de Abril de 2002.
- 25 Jean-Baptiste du Halde, *op. cit.*, vol. II, p. 206.
- 26 *Ibidem*.
- 27 Manteve-se a transliteração coeva. De acordo com o sistema *pinyin* actualmente adoptado, corresponde à província de Zhejiang.
- 28 Jean-Baptiste du Halde, *op. cit.*, vol. II, p. 206.
- 29 *Ibidem*, vol. I, p. 173.
- 30 Cf. Álvaro Semedo, *op. cit.*, p. 43.
- 31 Gabriel Magalhães, *op. cit.*, p. 207.
- 32 Cf. Álvaro Semedo, *op. cit.*, p. 44.
- 33 Cf. Rui Loureiro (ed.), *Cartas dos Cativos de Cantão Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1992, p. 48 (1.ª ed. 1524).
- 34 *Ibidem*, p. 48.
- 35 Cf. Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 195.
- 36 Bernardino de Escalante, *op. cit.*, fls. 50-50v.
- 37 Cf. Pasquale d’Elia (ed.), *Fonti Ricciani. Documenti originali concernenti Matteo Ricci e la Storia delle Prime Relazioni tra l’Europa e la Cina (1579-1615)*, vol. I, Roma, Libreria dello Stato, 1942, p. 29.

## HISTORIOGRAPHY

- 38 Domingo Fernandez Navarrete, *Tratados Historicos, Politicos, Ethicos, y Religiosos de la Monarquia de China. Descripcion Breve de Aquel Imperio, y exemplos Raros de Emperadores, y Magistrados del*, Madrid, Iuan Garcia Infançon, 1676, fl. 59.
- 39 Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 197.
- 40 *Ibidem*, p. 196.
- 41 José de Jesus Maria, *op. cit.*, vol. II, p. 227.
- 42 *Ibidem*.
- 43 Cf. Jean-Baptiste du Halde, *op. cit.*, vol. II, p. 206.
- 44 *Ibidem*, p. 206.
- 45 José de Jesus Maria, *op. cit.*, vol. II, p. 227.
- 46 *Ibidem*.
- 47 *Ibidem*, p. 225.
- 48 *Ibidem*, pp. 225 e 228.
- 49 *Ibidem*, pp. 233-234.
- 50 José de Jesus Maria, *op. cit.*, vol. II, pp. 225-226.
- 51 José de Jesus Maria, *op. cit.*, vol. I, p. 110.
- 52 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geografico*, tomo VII, p. 1184, cit. por Joaquim de Sousa Viterbo, *Artes Industriais e Industrias Portuguezas. Industrias textis e congeneres*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, p. 34.
- 53 Blas Sierra de la Calle, *La seda en la China Imperial. Mito, poder y simbolo*, Valladolid, Editorial Estudio Agustiniiano, 1989, p. 26.
- 54 Biblioteca da Ajuda, *Relação da Jornada que fez à Côte de Pekim Manuel de Saldanha, Embaixador Extraordinario de El Rei de Portugal ao Emperador da China e da Tartaria*, s/d, col. Miscelânea Política de Portugal, cód. 51-VI-5, fl. 119.
- 55 Jean-Baptiste du Halde, *op. cit.*, vol. II, p. 82.
- 56 Blas Sierra de la Calle, *op. cit.*, p. 26.
- 57 Ellen Uitzinger, “O significado dos motivos simbólicos” in AAVV, *A Cidade Proibida*, Lisboa, Fundação Oriente, 1992, pp. 86-87.
- 58 Jessica Rawson, *op. cit.*, p. 194.
- 59 Philippa Scott, *op. cit.*, p. 24.
- 60 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Um Tratado sobre o Reino da China dos Padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1992, p. 43 (1.ª ed. 1590).
- 61 Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1978, p. 366 (1.ª ed. 1515).
- 62 Philippa Scott, *op. cit.*, p. 34.
- 63 Cf. Archivum Romanum Societatis Iesu, *Goa*, 38, fl. 178v., cit. por Pasquale d’Elia (ed.), *op. cit.*, vol. 1, p. 20, nota 7.
- 64 Cf. Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, (ed. de Arie Pos e Rui Manuel Loureiro), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 134 (1.ª ed. 1596).
- 65 Cf. Pasquale d’Elia (ed.), *op. cit.*, vol. 1, p. 20, nota 7.
- 66 Cf. Maria João Pacheco Ferreira, *As Alfaias Bordadas Sinoptuguesas Datáveis dos Séculos XVI a XVIII*. Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada, 2002 (texto policopiado).
- 67 Cf. Álvaro Semedo, *op. cit.*, p. 36.
- 68 *Cópia de hum capitolo que o padre Luis Froes escreveu a hum irmão da Companhia*, Goa, 1561, Biblioteca da Ajuda, Ms. 49-IV-50, fl. 400, publicado por António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. VIII, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1952, pp. 483-484.
- 69 *Ibidem*.
- 70 Adriano de las Cortes, *Viaje de la China*, (ed. de Beatriz Moncó), Madrid, Alianza Editorial, 1991, p. 236 (1.ª ed. 1625).
- 71 Cf. Gaspar da Cruz, *op. cit.*, pp. 210-211.
- 72 Valery Garrett, *Mandarin Squares*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1990, p. 40.
- 73 Schuyler Camman, “A Chinese Textile in Seventeenth century Spain”, in *Textile Museum Journal*, vol. 1, n.º 4, Dezembro 1965, pp. 60-62.
- 74 Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 201.
- 75 *Ibidem*, p. 206.
- 76 Álvaro Semedo, *op. cit.*, p. 158.
- 77 Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 181.
- 78 Gaspar da Cruz, *op. cit.*, p. 202.
- 79 Bernardino de Escalante, *op. cit.*, fl. 46.
- 80 A este respeito *vide* gravuras 3 e 5 do artigo de Grace Wu Bruce, “Interior Decoration in Ming Dynasty China”, in *Arts of Asia*, vol. 23, n.º 4, Julho-Agosto 1993, pp. 64-76.
- 81 *Ibidem*, p. 67.
- 82 Cf. Ana Maria Ferreira, *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no Século XV (1385 a 1481)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 44-45.
- 83 José Acursio das Neves, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufactura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Rato e suas Anexas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827, p. 9.
- 84 João Brandão, *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª Metade do Século XVI (Estatística de Lisboa de 1552)*, (ed. de Anselmo Braamcamp Freire), Lisboa, Livraria Ferin, 1923, pp. 25-26.
- 85 Joaquim de Sousa Viterbo, *op. cit.*, pp. 40-41; 48-52.
- 86 João Ignacio Teixeira de Menezes Pimentel, *Sericicultura Portuguesa*, Lisboa, Administração do Portugal Agrícola, 1902, pp. 76-77.
- 87 José Acursio das Neves, *op. cit.*, p. 5.
- 88 Sobre este assunto veja-se, apenas a título de exemplo, a obra de Acursio das Neves, bem como o artigo de Alzira Teixeira Leite Moreira, “O regimento secretíssimo da Real Fábrica das Sedas – 1757. Subsídios para a história da sericultura em Portugal”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º 1-2, Janeiro-Dezembro, 1983, pp. 75-104.